

## **O rei divino: práticas, rituais e representações no Egito faraônico**

Aline Fernandes de Sousa<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar a figura dual do monarca no Egito faraônico, procurando observar como a parcela humana e a divina eram trabalhadas nas representações. A idéia de uma conexão do faraó com o divino era de extrema importância para a consolidação do poder real, já que a monarquia era encarada como um pilar da organização social. Assim, algumas das estratégias utilizadas para uma constante legitimação do rei egípcio também serão tratadas no presente trabalho.

**Palavras-chave:** Egito, poder, realeza

### **Abstract**

The article's aim is to study the Egyptian kingship and the role of pharaoh in the society.

Key-words: Egypt, Power, kingship

### **Introdução**

O mundo contemporâneo, com sua tendência a uma constante categorização das coisas, observa com encantamento as estruturas de pensamento das sociedades antigas, principalmente a capacidade de não separarem a realidade em categorias estanques. Nessas civilizações mitos, rituais e práticas religiosas perpassavam assuntos que hoje são considerados laicos, como política, distribuição da produção e divisão social. O conteúdo exótico é ainda mais fascinante quando o objeto de apreciação é o Egito Antigo, terra conhecida por suas múmias, riquezas e governantes emblemáticos. A idéia de um rei cuja divindade era considerada a tal ponto que resultava na construção de monumentos grandiosos por seus súditos, como as pirâmides, estimulou a imaginação dos homens desde que os artefatos egípcios tornaram-se alvos da cobiça e do interesse nos tempos de Napoleão. Entretanto, a vulgar categorização do faraó como um deus na terra negligencia a inerente mortalidade dessa figura que, apesar de ser objeto de culto e adoração, não podia vencer a

---

<sup>1</sup> \*Mestranda em História Social PPGH-UFF, bolsista CNPq.

contingência de sua humanidade. Diante disso, quais eram os limites da percepção da divindade faraônica e como essa natureza divina era reafirmada?

### **A monarquia divina e o deus na terra**

A literatura e a iconografia ao longo da história faraônica enfatizavam a característica sagrada da realeza do faraó. O mito do rei divino era o ponto onde se encontravam todas as variantes da cosmogonia egípcia. O faraó dentro da ideologia era encarado como descendente do deus criador, sendo assim, herdeiro do cosmo completo e o grande responsável por manter o equilíbrio e a ordem (personificada na deusa Maat), impedindo o estabelecimento do caos. Manter e respeitar maat promovia uma renovação cíclica que fazia com que tudo funcionasse, desde o nascimento de um novo dia até a cheia do Nilo e esse era um dever não apenas do soberano, mas de todos os egípcios no cumprimento de suas tarefas. A idéia de uma conexão do faraó com o divino era de suma importância para a consolidação do poder real, já que a monarquia era encarada como pressuposto da ordem social. Por ter uma natureza divina, o monarca distinguia-se do resto da humanidade.

As alterações sobre a forma como os egípcios viam seu faraó e o que ele representava podem ser explicadas na dualidade homem/deus que compunha a figura real. De um lado havia um ser imbuído de um poder sagrado que personificava uma instituição de origem divina e de outro havia um líder que possuía uma função no mundo humano. Apesar de sua essência divina, o rei precisava, assim como uma pessoa comum, de um túmulo para garantir sua vida após a morte, diferente dos deuses que podiam envelhecer, mas raramente tinham sua morte registrada. Antes de sua ascensão ao trono, seu crescimento e desenvolvimento eram acompanhados pelos súditos, que estavam cientes de situações complicadas como uma sucessão prejudicada pela falta de herdeiro ou a existência de conspirações reais. Para David Silverman, a ampliação da literatura propagandística, chamando a atenção para o direito de um faraó ao trono, demonstra, mesmo que de forma implícita, que o povo estava consciente da origem humana do soberano (SILVERMAN, 2002: 76). O trecho a seguir é retirado dos *Ensinamentos para o rei Merykara*, texto sapiencial proveniente do Primeiro Período Intermediário (2150-2040 a.C.) em que o pai do faraó, de origem desconhecida, transmite instruções ao seu filho em uma espécie de testamento político. A existência de textos com esse conteúdo indica que o faraó era passível de erros, demonstrando sua suscetibilidade a uma fraqueza mortal e que uma postura adequada não era obtida naturalmente.

*Não negligências as minhas palavras, que formulam todas as leis do reino, que te instruem para que possas governar o país. Que possas alcançar-me (no além) sem ninguém te acusar! Não mates quem está próximo a ti, aquele que favoreceste, (pois) o deus o conhece. Ele é um dos que tiveram ventura na terra e os que servem na terra são deuses. Faz-te estimado por todo mundo, um bom caráter é lembrado [quando seu tempo] passou. (...) Eis que te disse o melhor dos meus pensamentos, age de acordo com o que está assentado diante de ti. (ARAÚJO, 2000: 291-2)*

Claude Traunecker afirma que a dupla natureza do faraó refletia o princípio egípcio de oposição entre pessoa e função, idéia que seria a chave para inúmeros traços da cultura egípcia, sendo, inclusive, aplicável aos deuses (TRAUNECKER, 2002: 145). Porém, como salienta Silverman, a perspectiva dual não era tão evidente nos deuses. Apesar do comportamento e das atividades dos deuses tenderem a humanizar-se, eles não passavam por mudanças de uma esfera para a outra, ou seja, eram constantemente divinos. Já os reis pareciam possuir aspectos que pendulavam entre o humano e o divino. Assim, mesmo humano em sua origem, ele tinha a capacidade de atuar entre os dois mundos, enquanto os deuses pertenciam a um mundo invisível (SILVERMAN, 2002: 80-2).

O que parece ser uma contradição, a dicotomia real entre humano e divino, pode não ter sido um conflito para os antigos egípcios, assim como não eram para eles as oposições masculino e feminino, Alto Egito e Baixo Egito, solar e ctônico, entre outras. Nessa forma de pensamento as oposições se complementavam e formavam uma síntese, muitas vezes resultando em um dinamismo que promoveria a criação. Portanto, um rei dual era o ser mais adequado para atuar entre o mundo humano e divino, o que fazia com que o mesmo agisse como o sumo sacerdote por excelência de cada um dos deuses, mesmo que, na prática, ele tivesse seus substitutos.

A fluidez de elementos na figura do monarca possibilitava que os egípcios desenvolvessem variações ao seu conceito de realeza. Um olhar criterioso sobre as fontes demonstra que, se por um lado a instituição da monarquia continuou quase que de forma constante durante quase três mil anos, a percepção que antigos egípcios tinham do soberano e de seu ofício não foi estática (SILVERMAN, 1995: 45). Para Dominique Valbelle, a durabilidade da monarquia egípcia residia justamente em sua capacidade de manter uma continuidade ao mesmo tempo em que possuía a habilidade de se adaptar (VALBELLE, 2002: 97). Pode-se dizer que os egípcios viam em seu soberano tanto um ser, essencialmente mortal, quanto um cargo, sempre divino. Esses dois componentes originais permaneceram reconhecíveis na realeza divina, mesmo sua distinção sendo mais clara em alguns períodos do que em outros (SILVERMAN, 2002: 84).

Uma forma plural de percepção do faraó pode ser encontrada nos epítetos usados para ele em tipos específicos de documento. Erik Hornung sistematiza essas variações ao estabelecer que a relação do soberano com os deuses podia ser explicitada através de títulos oficiais, referindo-se ao faraó como deus ou filho do deus, e de títulos apelativos, em que o faraó é a “imagem” do deus ou amado e favorecido pelos deuses (HORNUNG, 1994: 252). No Reino Antigo (2649-2150 a.C.), as referências ao rei em textos biográficos sempre usavam o termo “majestade” que ao se referir à encarnação viva do faraó e à sua pessoa, não aparecia em inscrições fúnebres. Um dos termos mais antigos designava o soberano como *netjer* em referência ao rei como um deus e já na IV dinastia o epíteto “filho de Rá” era usado. Mais tarde os egípcios desenvolveram outros termos como a classificação do monarca como a “grande casa”, referindo-se ao palácio. Para Silverman, essa pluralidade de expressões indica que os egípcios utilizavam terminologias diferentes para tratar dos vários aspectos que eles entendiam estar personificado no faraó (SILVERMAN, 1995: 66).

Na iconografia encontramos mais exemplos dessa variação. Enquanto no Reino Antigo as representações em estatuária do faraó possuíam uma postura altiva e imperial – **figura 1** -, no Reino Médio (2040-1640 a.C.) eram mais humanizadas, como nos mostra o exemplo da **figura 2**. Já com relação às inscrições, Donald Redford demonstra que o papel desempenhado pelo faraó na formação e manutenção de um império, acabou por realçar sua posição terrestre nos textos do início da XVIII dinastia, ou seja, enfatizou a caracterização do faraó como homem forte e sábio (REDFORD, 1995: 166).



Figura 1: Estátua do faraó Userkaf



Figura 2: Estátua do faraó Senusret III

Diante da complexidade da imagem faraônica e da separação muitas vezes evidente entre a instituição e seu ocupante, fontes demonstram que nem sempre o monarca era visto com reverência e respeito. Um caso emblemático é o grafite encontrado em uma gruta próxima ao templo mortuário de Hatshepsut, mulher que na XVIII dinastia ocupou o trono do

Egito (1473-1458 a.C.) e fez-se representar como um típico governante do sexo masculino, mostrando uma figura feminina com um toucado real mantendo relações sexuais, provavelmente em coito anal, prática considerada desonrosa. As sátiras não eram incomuns no Egito, mas seus alvos eram geralmente estrangeiros e inimigos.

Ações contra o rei e as suas construções também podem ser atestadas. Os casos de violação de tumbas parecem ter ocorrido em toda a história egípcia, alguns deles poucos anos após a morte do faraó. Agressões a pessoa física do governante também são encontradas. Nos *Ensinamentos do rei Amenemhat I* (1991-1783 a.C.), o faraó fundador da XII dinastia relata um atentado contra a sua pessoa:

*Recolhia-me para um momento de repouso, deitado em minha cama, pois estava cansado. Meu coração começava a seguir-me no sono quando armas destinadas à minha proteção voltaram-se contra mim, enquanto eu estava (desprotegido) como uma cobra no deserto. (...) Eis que a agressão aconteceu quando eu estava sem ti (...). De fato eu não estava preparado para isso, não esperava isso, não previra a negligência dos criados. (ARAÚJO, 2000: 292)*

### **A legitimidade real**

Os exemplos apresentados anteriormente devem ser entendidos não como um desrespeito a instituição, mas ao indivíduo, ao elemento humano que a comanda. Os questionamentos que essa separação podia trazer resultaram em inúmeras tentativas de reforçar o poder real. Segundo John Baines, mesmo com a permanência da instituição, havia uma necessidade contínua de legitimação dos monarcas (BAINES, 1994: 4).

O processo de legitimação era desenvolvido através de várias estratégias. Uma delas era o ritual, fundamental para a ascensão do faraó como divindade e para resguardá-lo do mundo circundante, já que como deus o monarca distinguia-se do resto da humanidade. As ações ritualísticas além de reforçarem o contato do faraó com os deuses, ajudavam a imbuir o rei com poderes divinos, como acontece na celebração do jubileu e na elevação do pilar *djet*.

Como dito anteriormente, ao ser colocado como o único intermediário entre homens e deuses, o faraó era teoricamente o responsável pelos cuidados diários de todas as divindades. Na prática, os sacerdotes atuavam como seus representantes, mas na iconografia, somente o rei era representado em um contato mais íntimo com as imagens divinas.

O faraó Akhenaton (XVIII dinastia, 1353-1335 a.C.) levou a questão do ritual ao extremo, pois nas representações não apenas o executava como também era figura que na vida diária tinha um significado litúrgico próprio. Traunecker cita cenas em que esse faraó aparece

comendo, se lavando e se vestindo, imagens que só poderiam ser consideradas para ter algum tipo de poder performático (TRAUNECKER, 2002: 150-3).

As raras aparições públicas do faraó, sempre envolto com símbolos mágicos e de poder, ajudavam na formação de sua imagem divina. Em certas circunstâncias todos esperavam que o próprio faraó executasse as maiores liturgias diante de uma multidão de seus súditos. Essa era uma ocasião para se ver o rei, os deuses em suas barcas divinas, para seguir o forte aparato da procissão faraônica. O ritual realizado diante de um grande público anunciava de forma explícita a legitimidade divina do faraó. Nesse contexto, as insígnias faziam da autoridade real reconhecível. Entre elas podemos citar as mais diversas coroas e cetros.

As grandes construções e a restauração de monumentos antigos também atuavam como propaganda para o rei, pois primeiramente chamavam a atenção para a prosperidade do reino. De maneira geral, os monumentos em pedra dos grandes centros populacionais serviam como uma constante lembrança de que havia um poderoso faraó no trono. Ao mesmo tempo, construções como “mansão de milhões de anos” (templos) ou “casas da eternidade” (tumbas) podiam garantir que o nome de seu fundador vivesse com eles para sempre. Outro aspecto é que a possibilidade de ter uma construção maior do que a de seus predecessores constituía uma comparação lisonjeira com o passado e era uma maneira útil de enfatizar as realizações do presente. Somando-se a isso, as paredes dos templos serviam como um quadro óbvio e permanente para falar diretamente com os súditos do presente e do futuro.

A exposição da figura real é ainda mais explícita quando analisamos o discurso contido em textos e na iconografia que não apenas faz referência como também exalta o governante divino. Estando a maior parte voltada para o contexto religioso, as inscrições reafirmavam a ligação do rei com os deuses. Em algumas representações o faraó é, por exemplo, paramentado como Osíris o que constitui uma metáfora para a divindade real **(figura 3)**.



**Figura 3: Cabeça da estátua de Hatshepsut (XVIII dinastia) em forma de Osíris**

Como reforço a natureza divina do faraó, partes do corpo do governante podiam ser comparadas com a deidade na linguagem metafórica como, por exemplo, braços e pernas comparados a Amon. O símile é muito usado, principalmente na literatura mortuária, em que o rei falecido aparece em companhia dos deuses e agindo de forma similar a eles.

Uma das maiores expressões de legitimidade, com forte conteúdo propagandístico, representada em templos do Reino Novo (1550-1070 a.C.) foi a idéia de nascimento divino do rei. Durante o reinado de Hatshepsut, caracterizado pela presença de um monarca não usual, ou seja, uma mulher, representações nas paredes do grande templo mortuário evocavam o mito em que o deus Amon teria copulado com a rainha e, portanto, dado origem ao novo faraó.

No Reino Novo percebemos uma potencialização da concepção de deus-monarca, em que o faraó passou a ser encarado de forma similar aos deuses, na ação e na aparência. Segundo Julio Gralha essa identificação com a divindade se deu através de três aspectos: 1- Ora o monarca age por ordem do deus; 2- ora ele age como o deus com a assimilação de seus atributos em um determinado momento; 3- O monarca, representado como um deus, passa a ser cultuado em vida (GRALHA, 2002: 72-3).

As imagens do soberano eram sempre idealizadas, já que representações de velhice, indicação de tempo, deformidade e movimento violento eram praticamente inexistentes nas obras egípcias. O faraó como homem era representado no apogeu de sua vida e como um deus era sempre retratado com perfeição e vigor. Um bom exemplo é o faraó Ramsés II (1279-1213 a.C.) que, mesmo reinando por 66 anos, não foi representado em idade avançada (HORNUNG, 1994: 243).

Além de uma ligação com o divino, os governantes necessitavam evocar sua ligação com grandes reis do passado ou com seu antecessor. Nas palavras de John Baines, “legitimidade e continuidade não devem ser separados” (BAINES, 1994: 7). Ainda no que se refere a Hatshepsut, ao lado de sua capela mortuária em *Deir el-Bahri* foi construída uma outra em homenagem ao seu pai terreno, o faraó Thutmés I. A referência direta ao passado histórico auxiliava na consolidação dos laços que ligavam o soberano a monarquia divina.

## **Conclusão**

Apesar da monarquia no Egito Antigo estar pautada na idéia de um rei divino, a essência humana do faraó nunca foi esquecida pelo povo, que observava nele as marcas do tempo e dos erros. Esse fator obrigava o monarca a desenvolver uma série de estratégias com

o intuito de, aos olhos de seus súditos, reforçar a divindade recebida com sua ascensão ao trono. A arte, desta maneira, era utilizada como um dos instrumentos de manipulação e divulgação do poder e da ligação real com os deuses e da imagem monárquica idealizada. Assim, a arte e a escrita atuavam em vários níveis: legitimidade teocrática, legitimidade sacerdotal, manutenção do poder, devoção e obra de um “deus em vida”.

Aliado ao cerimonial, às insígnias e aos paramentos, a construção de estátuas, colossos, templos e estelas comemorativas mostravam ao povo do Egito e seus vizinhos que o monarca exprimia em pedras e cores a sua essência divina. Dificilmente demonstrando sua personalidade nas obras, o monarca iniciava a partir de sua coroação as obras propagandísticas do poder de seu reinado.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade: A literatura do Egito faraônico*. Brasília-São Paulo: EdUNB-Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000

BAINES, J. Kingship, definition of culture and legitimation. In: O'CONNOR, D. & SILVERMAN, D. (ed.). *Ancient Egyptian Kingship*. New York, Brill, 1994.

GRALHA, Julio. *Deuses, faraós e o poder*. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2002.

REDFORD, Donald B. The concept of kingship during the eighteenth dynasty. In: O'CONNOR, D. & SILVERMAN, D. (ed.) *Ancient Egyptian Kingship*. New York: E.J. Brill, 1995.

SILVERMAN, D. O divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, B. E. (org) *As religiões no Antigo Egito. Deuses, mitos e rituais domésticos*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002

\_\_\_\_\_. The nature of Egyptian Kingship. In: O'CONNOR, D. & SILVERMAN, D. (ed.) *Ancient Egyptian Kingship*. New York: E.J. Brill, 1995

TRAUNECKER, Claude. *The Ritualist Pharaoh. The Religious Cult*. In: ZIEGLER, Christiane (ed). *The pharaohs*. New York: Rizzoli, 2002

VALBELLE, Dominique. Pharaonic Regality. The nature of Power. In: ZIEGLER, Christiane (ed). *The pharaohs*. New York: Rizzoli, 2002.